

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator, Firefox, Safari, etc.), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Um balanço da guerra do Iraque

José Loureiro dos Santos *

Janus 2008

Em 2003, os EUA derrubaram o regime de Bagdad em três semanas. Os líderes do Iraque prepararam e executaram uma manobra de retardamento inicial sobre os eixos de aproximação para Bagdad, a partir do Kuwait, e recusaram o combate na linha de defesa da capital, fazendo dissolver as suas divisões de elite na população.

Uma estratégia errada

Na iminência de invasão, Sadam decidira resistir ao ocupante com uma estratégia assimétrica que o desgastasse material e moralmente, reduzindo as suas capacidades e erodindo a sua vontade de combater. Subtrairia ao inimigo o apoio da população, no Iraque e nos EUA. A insegurança criada pela resistência sunita prolongar-se-ia, desgastando o ocupante. Os americanos perderiam a vontade de continuar a guerra, degradando-se o seu apoio à liderança política.

Os chefes militares dos EUA, particularmente o CEME, general Shinseki, defenderam a necessidade de haver mais de 300.000 efectivos no teatro de operações (TO), na fase pós-conquista. Mas os neoconservadores, intoxicados por exilados iraquianos, agentes do Irão, confundiam a realidade com os seus desejos. Previam uma recepção apoteótica e uma vitória que transformaria o Médio Oriente. A partir do Iraque, seriam controlados os preços do petróleo, intimidados os países circundantes a eliminarem o terrorismo islamita, a região inundar-se-ia de democracias, e acabaria o conflito israelo-palestiniano como convinha a Israel, pois “o caminho de Jerusalém passava por Bagdad”. Bastariam 50.000 militares para consolidar a conquista. Shinseki foi demitido.

Uma vez em Bagdad, somaram-se os erros: desmantelamento do exército iraquiano; saneamento da administração (dos baasistas); adopção de uma estratégia de operações de combate agressivas. Não elegeram como objectivo a conquista “dos corações e das mentes” da população. Esqueceram-se de que uma contra-insurreição, apesar de exigir segurança, só tem solução política.

Os xiitas do Iraque e o Irão consolidam posições

Jihadistas, aliados, pelo menos tácitos, da guerrilha movida por militares e baasistas “despedidos”, originaram uma insegurança tal, que as manobras político-ideológica e económico-social fraquejaram. A detenção e posterior julgamento dos líderes do regime deposto, também Sadam, não alteraram a situação.

A insuficiência de forças terrestres dos EUA inviabilizou os reforços indispensáveis. Nem o recurso massivo a mercenários melhorou a segurança. O abandono do unilateralismo inicial e o pedido de apoios à ONU e a organizações aliadas também não surtiram efeito, devido às cisões políticas geradas pela invasão.

A destruição de um templo xiita de Samarra, em Fevereiro de 2006, pelos jihadistas, disparou uma luta sectária, que se tornou na principal ameaça à estabilização do



país. Despertando ódios e levantando muros, físicos e psicológicos, nas comunidades outrora multiculturais, o que fragmentou o país em enclaves, e provocou milhões de refugiados, centenas de milhares de deslocados no interior, cujo crescimento não pára, e dezenas de milhares de mortos.

As eleições para a Constituição e as legislativas, exigidas sem delongas por Sistani, principal ayatollah xiita do Iraque, legitimaram o poder dos xiitas (e curdos). Com o auxílio do Irão, teceram-se redes de coacção dificilmente reversíveis, o que xiitizou as instituições políticas e de segurança nacionais. Os curdos ficaram quase independentes.

Os norte-americanos só viram precisão dos sunitas, depois da agenda xiita, “ditada” pelo Irão, ser introduzida no essencial: um Estado “federado” no Sul xiita, rico em petróleo, como o Curdistão a Norte, empurrando os sunitas para uma região sem recursos; forças de segurança nacionais contaminadas por milicianos xiitas, das milícias Badr e Mahdi, e curdos, peshmergas.

O governo, controlado apenas em parte pelos EUA, segue orientações americanas só em caso de necessidade, isto é, se recear acções de força ou a perda de apoios indispensáveis. O que atrasa e inviabiliza medidas exigidas pelos sunitas para participar no processo político.

A duração da guerra; as poucas probabilidades de vitória; as baixas em combate; os gastos astronómicos; a repercussão dos erros cometidos, bem como os casos de tortura, sevícias e desrespeito da Convenção de Genebra; a situação calamitosa no Iraque, de generalizada insegurança e redução de bem-estar; tudo contribuiu para desgastar a Administração americana, pouco depois da reeleição de Bush, cuja popularidade se afundou.

As eleições americanas de 2006, tendo o Iraque como tema-chave, deram a maioria do Congresso aos democratas, que exigem o regresso das forças. A encomenda do relatório Baker-Hamilton é o primeiro sinal de que a Administração admite a possibilidade de desistir dos objectivos iniciais, não atingindo a vitória. Elaborado por um grupo bipartidário, apresentaria uma solução para a situação difícil no Iraque.

Na campanha eleitoral para as presidenciais, antecipada, também polarizada no Iraque, os democratas pedem a retirada imediata, e os republicanos procuram distanciar-se de Bush, aproximando-se das posições democratas aqueles que anseiam a reeleição para o Congresso.

Vindo a lume, o relatório Baker reconhece a derrota e recomenda: preparação e treino do exército iraquiano, para assumir a segurança; uma retirada programada das brigadas de combate, embora admitindo reforços temporários; e negociações com os vizinhos, incluindo Irão e Síria. Rumsfeld, símbolo da guerra, demite-se.

Bush não segue as propostas. Designando Petraeus como general comandante, determina o reforço de 21.000 efectivos (ultrapassarão 30.000) para melhorar a segurança das regiões de Bagdad e Anbar, concretizado entre Fevereiro e Junho de 2007, teimando na busca da vitória. Só agora (4 anos depois), chegaria a estratégia operacional aconselhada nas doutrinas de contra-insurreição. Mas a campanha eleitoral para as presidenciais não vai dar o tempo alargado de que ela necessita, a escassez de forças terrestres não lhe permite a eficiência desejada, e o seu êxito depende da concertação política que o governo de Maliki terá de promover. Reconhecendo-o, Petraeus avisou publicamente que a guerra não tem solução militar e só pode ser resolvida politicamente.

A distância, os acontecimentos posteriores indiciam que Bush, perante o relatório,



viu necessidade de aplicar as suas propostas. Mas decidiu aliviar a pressão no terreno, para dar a imagem de actuar com iniciativa, decidir em, pelo menos, aparente posição de força e ganhar tempo para passar o ónus da retirada ao seu substituto.

Preparando a retirada

Só seis meses depois do reforço, Bush reconhece publicamente as dificuldades em que se encontra e procura apoios. Aceita uma conferência com os vizinhos do Iraque, incluindo o Irão, seguida de sucessivas reuniões EUA/Irão, onde terão sido colocadas as posições de cada um. Fazem-se reuniões com a Síria, a Turquia e o Irão, além de outros países, visando acabar com o apoio da Síria às redes de resistentes e com a permeabilidade da sua fronteira com o Iraque, bem como com a tensão entre a Turquia e os curdos iraquianos. Enfim, os EUA conseguem a ampliação do papel da ONU no país, para mediar actores internos e externos, particularmente aqueles que os americanos têm dificuldade de contactar. E tentam salvaguardar os interesses da Arábia Saudita, que, perante a inevitabilidade da ascensão do Irão, deseja um Iraque o mais possível neutro e não um aliado incondicional dos iranianos.

A estratégia adoptada tem pontos fracos. Apesar dos prazos definidos para o governo iraquiano tomar as medidas de conciliação exigidas pelos sunitas (especialmente, partilha do petróleo e amnistia dos baasistas), há sinais de que a maioria (xiita) do parlamento e os curdos lhes levantarão obstáculos. O que reforça a probabilidade da definição final da relação de forças no país ser remetida para depois do início da retirada americana. Ao contrário dos sunitas, dos moderados laicos (de Allawi) e dos países árabes da área, bem como EUA e Israel, os xiitas do Iraque (e do Irão) e os curdos não estão dispostos a ceder nada que afecte o essencial da vitória que os EUA lhes “ofereceram”.

Aprofundam-se a quase exaustão do pessoal e as insuficiências no equipamento das forças americanas: Mullen (CEMGFA) diz que “ocorrerá a rotura do exército se o reforço permanecer para lá de Abril de 2008”, o que obrigaria as comissões de 12 meses, que já vão em 15, a aumentarem para 18. Petraeus conforma-se: recomenda a retirada gradual do reforço, cerca de ¼ dos efectivos, a partir de Setembro de 2007, voltando os efectivos ao nível “normal”, no Verão de 2008; e alerta para uma retirada prematura de mais forças.

Os EUA quase não têm forças para usar noutras crises, existentes ou potenciais, o que deixa os actores que os contestam, particularmente a Rússia, com mais liberdade de acção para agir: Fallon (comandante do *Central Command*, que integra o Iraque), Casey (CEME) e Pace (anterior CEMGFA) recomendam uma redução substancial de forças, até ao fim de 2008, e Gates (secretário da Defesa) admite que os efectivos desçam para 100.000 até esta data. Finalmente, a campanha eleitoral “exigirá” que Bush faça regressar bastantes GIs do Iraque, para aumentarem as hipóteses dos candidatos republicanos à presidência e ao Congresso.

O Irão depende dos EUA, embora os considere derrotados e tenda a agir neste pressuposto, tal como os EUA dependem do Irão – ambos têm interesse em derrotar a Al Qaeda, evitar a generalização do conflito à região e estabilizar o Iraque. Nenhum deles tem condições de o conseguir, impondo ao outro a sua vontade.

Não podendo manter forças bastantes no Iraque, durante bastante tempo, os EUA,



provavelmente, tentarão reduzir a dimensão da derrota, mudando os objectivos da invasão, o que implica um entendimento com o Irão, pelo menos tácito. Passariam apenas a defender as fronteiras do país, combater a Al Qaeda, e concentrar-se na preparação do exército iraquiano.

Na avaliação da situação de Setembro último, a nível estratégico (sistema de informações americano, Departamento de Estado e Pentágono) e nível operacional (Petraeus e embaixador dos EUA em Bagdad), regista-se a aliança conseguida com as tribos sunitas contra a Al Qaeda, um importante ganho táctico que dá aos EUA outras opções, além da opção xiita, com potenciais repercussões estratégicas – positivas, se contribuir para o Irão fazer mais concessões para um eventual acordo com os EUA; negativas, se os sunitas, agora bem armados pelos americanos, tomarem a iniciativa de atacar os xiitas ou mesmo os próprios americanos.

Mas aquela avaliação não mostra progressos susceptíveis de mudar o essencial da análise efectuada no relatório Baker-Hamilton. Maioritariamente, são pouco consistentes, facilmente reversíveis e elusivos. Será difícil consolidá-los suficientemente, já que prevalece a necessidade de evitar a rotura do exército.

Bush aceitou as recomendações de Petraeus, condicionando-as à evolução da situação no terreno. Depois dos efectivos no Iraque regressarem a 130.000, a situação poderá deteriorar-se, na ausência de um entendimento com o Irão, pois parece pouco provável que haja a possibilidade de 130/140.000 fazerem o que fazem perto de 170.000. A degradação da situação obrigaria a repor o reforço, o que seria inviável, pelo motivo por que acabou – perigo de rotura do exército.

Além disto, o partido republicano arrisca-se a uma profunda derrota eleitoral, como resultado de uma solução de meio termo – as forças que permanecem no Iraque, aparentemente insuficientes para conseguir a estabilização do país, são bastantes para ameaçar as ambições dos seus candidatos. O que, no Congresso, pode conduzir a uma aliança de alguns republicanos com os democratas, forçando uma viragem estratégica.

Só uma estratégia de retirada de forças substanciais, negociada se possível, parece poder ajudar a resolver estes dois problemas. No entanto, se os sinais de deterioração não forem imediatos, a Casa Branca poderá teimar na manutenção da sua estratégia, o que provocará demoras susceptíveis de agravar a situação.

Não se devem descartar cenários de fortes convulsões no Iraque. Embora os americanos tenham tentado acalmar Israel e os países árabes vizinhos (também com vultosos fornecimentos de armas), aqueles que se considerarem especialmente lesados nos seus interesses pela ascensão do Irão (Israel e Arábia Saudita) podem provocá-las, através dos sunitas, xiitas e curdos insatisfeitos. São ainda previsíveis lutas pelo poder entre as “famílias” xiitas mais poderosas – Abdu al-Hakim (favorita dos EUA) e Moqtada al-Sadr (favorita do Irão), ambas respaldadas pelas respectivas milícias (brigada Badr e exército Mahdi). E convém prevenir que os americanos venham a ser obrigados a uma retirada total pelo governo do Iraque (estimulado pelo Irão), que a maioria dos iraquianos apoiaria. Ou, sem acordo com o Irão, se vejam “embrulhados” numa guerra civil aberta entre facções por si armadas e com um exército nacional em frangalhos, que desmembrará o Iraque numa área xiita a Sul (satélite do Irão) e zonas curda e sunita (protegidas pelos EUA e seus aliados na região).



Conclusão

Em conclusão. A invasão do Iraque e os erros cometidos favoreceram o Irão, serviram de incentivo ao jihadismo e estimularam a contestação à liderança norte-americana por grandes e médias potências. Quem perdeu foi o Ocidente e a estabilidade mundial. Paradoxalmente, surgiram condições susceptíveis de contribuir para o fim do conflito israelo-palestiniano, um dos objectivos iniciais da invasão, pela aliança dos países árabes com Israel, mais fracos face ao Irão – não pelas razões dos neocons, “passará o caminho de Jerusalém por Bagdad”?

Informação complementar

NUM ESTADO FRACO, O PODER TEM HORROR AO VAZIO

A insegurança generalizada levou os iraquianos a refugiar-se nas suas identidades primitivas, procurando a protecção que o Estado lhes não proporcionava. Famílias, clãs, tribos, facções religiosas e étnicas. Cada uma destas entidades, alargadas e apoiadas além fronteiras, procura responder à sua própria insegurança, contaminando e manipulando os instrumentos do Estado, o que faz a luta sectária assumir papel-chave no Iraque. Só depois dela resolvida, será possível avançar para a estabilidade. É uma luta pelo poder a que os scores eleitorais conferiram legitimidade “ocidental”.

Enquanto ela continuar, as diversas facções não abdicarão das milícias, os seus “exércitos” privativos. Tanto sunitas como xiitas (só o partido Dawa não tem milícia) e curdas. Não parece provável acabar por um entendimento consistente. O poder disputa-se nos diversos locais do Iraque, para o transferir para Bagdad, se necessário pela guerra aberta, logo que os norte-americanos deixem de ter condições para o evitar.

A situação e composição das milícias retratam a relação de forças internas do Iraque, todas com prolongamentos identitários ou políticos no exterior. O seu poder é tanto maior quanto mais fracos forem os organismos de poder nacionais. Disputam posições nas forças de segurança nacionais, organizadas com o patrocínio do ocupante – polícia e exército. Os partidos sem milícia terão pouca importância efectiva, enquanto não acabar a luta civil, excepto se apoiados pela força militar ocupante.

* José Loureiro dos Santos

General reformado. Autor de livros sobre assuntos de Estratégia, História Militar, Segurança e Defesa e Relações Internacionais. Analista destes assuntos na comunicação social. Foi Professor do IAEM, do IAEFA e do ISCSP. Foi Director do IAEM, assim como Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Defesa Nacional.



UNIÃO EUROPEIA
FEDER

